



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

**INTERVENÇÃO DE ENCERRAMENTO DO DEBATE
PARLAMENTAR SOBRE O
PROGRAMA DO IX GOVERNO REGIONAL**

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Nesta primeira intervenção que, desta tribuna, faço na VIII Legislatura da Região Autónoma dos Açores, é com gosto que saúdo Vossa Excelência, Senhor Presidente da Mesa, e, por seu intermédio as senhoras e senhores Deputados, augurando-lhes os maiores sucessos no desempenho das funções para que foram eleitos.

Chegados ao termo do debate sobre a Proposta de Programa do IX Governo Regional interessa, em jeito de conclusão, salientar alguns aspectos que, ao longo destes três dias de análise e discussão, mais relevam do ponto de vista político bem como, claro está, a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

leitura que também se impõe fazer do comportamento que todos os intervenientes assumiram no mesmo.

Em primeiro lugar, porém, uma palavra quanto à natureza e à génese da Proposta que o Governo apresentou a esta Assembleia e que, em breve, as senhoras e senhores deputados irão votar.

Uma ideia que algumas vezes vimos aflorada, quer tácita, quer expressamente, ao longo dos trabalhos, foi a de que o Programa aqui apresentado era o resultado da maioria parlamentar que suporta o Governo, a qual, fruto da esmagadora maioria numérica, o imporia a esta Câmara.

Eis, pois, o primeiro aspecto que, na perspectiva do Governo, importa clarificar para que não restem quaisquer dúvidas quanto à já referida génese do documento, à postura do Executivo e o que significa a sua votação.

O IX Governo Regional assume-se, sem tibiezas e com muita honra, instrumento da vontade dos Açorianos. Na verdade, esta vontade está patente no Programa que temos vindo a analisar, nomeadamente, por duas circunstâncias de importância política não despicienda.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Por um lado, porque o Partido que suporta o Governo chamou os Açorianos à participação e estes responderam positiva e massivamente a este convite à definição do destino comum. Tal facto conduz a que o Programa surja como um manifesto de participação cívica e política, como uma aposta de empenho e determinação pelos Açores, num documento cujas soluções vão muito para além das fronteiras ideológicas do Partido que esteve na base do seu surgimento, do Partido que, orgulhosamente, se assume como seu alicerce e ancoradouro.

Mais do que compromissos, este é um Programa de acção feito por Açorianos, com Açorianos e para os Açores.

Fique, assim, claro que na relação que se estabelece entre a Maioria e o Programa, este antecede aquela! Ou seja, é a Maioria que é o resultado do mérito, da credibilidade e da confiança que o Programa mereceu da parte do eleitorado açoriano, e não a Maioria que criou o Programa!

Este facto não pode, nem deve, ser ignorado sob pena de subvertermos por completo a relação entre causa e efeito e de, consciente ou inconscientemente, ensombrarmos o alto significado das propostas e do voto que os Açorianos quiseram atribuir à candidatura que as formalizou.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Mas esta circunstância, tributária de um procedimento político inaugurado pelo Partido Socialista/Açores, não garantia, por si só, que o documento apresentado a esta Câmara traduzisse essa mesma vontade dos Açorianos. Para que tal acontecesse, foi necessária a escrupulosa assunção de um compromisso, o avocar claro e inequívoco das responsabilidades e a sua materialização em sede de Proposta de Programa do Governo.

Este é um facto, pois com o IX Executivo, da mesma forma que aconteceu com os VII e VIII, honrar a palavra dada não se discute nem pondera.

Cumpre-se!

É, por isso, que estamos perante um Programa que traduz a vontade dos Açorianos e, por esse facto, a vontade do Governo em garantir-lhe o cumprimento.

Vozes houve, neste debate, que analisaram este documento em contas de deve e haver, medindo milimetricamente o parágrafo, a alínea ou, como mais modernamente também se ouviu, o carácter.

Desta contabilidade de mercearia, erradamente quiseram alguns concluir que o Governo fugia aos seus compromissos, tentava escapar das responsabilidades que convictamente assumira na campanha eleitoral. Ignoraram estes, como porventura ignoram



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

ainda, que o cumprimento de um Programa Eleitoral não se esgota no Programa de Governo.

Aspectos há, que pelo seu carácter instrumental em relação às metas definidas neste, têm a sua concretização directamente projectada nos instrumentos previsionais. Ou seja, se falamos de assunção política dos compromissos eleitorais, esta está feita e reafirmada pelo Governo ao longo dos três dias de debate.

Se falamos da concretização prática, ela, para além do Programa do Governo, constituirá também um objectivo, quer nas Orientações de Médio Prazo, quer nos Plano e Orçamento anuais.

Mas impunha a verdade, que também não deveria estar afastada de algumas das intervenções que aqui ouvimos, que quem se dedicou a tal afã contabilístico tivesse, igualmente, dito que existem matérias do Programa de Governo que constituem compromissos novos em relação ao Programa Eleitoral.

A Proposta que o IX Governo Regional apresentou a esta Assembleia tem, assim, no procedimento que enformou a sua elaboração um propósito e um significado político muito preciso e consciente: a partilha do processo de determinação de soluções, o compromisso real e efectivo para com estas e o cumprimento da palavra dada. Contudo, interessa dizê-lo, não resulta este último



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

duma mera vinculação a um compromisso, mas porque convictamente se entende serem estas as melhores soluções.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Elaborada a Proposta de Programa, veio o Governo a esta casa submetê-la à apreciação e votação das senhoras e senhores Deputados, tendo em vista cumprir uma etapa essencial para a sua plena investidura em funções.

Na verdade, quer, em primeiro lugar, do ponto de vista das intenções do Governo, quer, também, do ponto de vista da lei, esta não é uma simples formalidade.

Para além da necessidade, legalmente prevista, deste procedimento para que se encontre empossado em plenitude, o Governo prontamente apresentou-se a esta Câmara com a vontade de querer debater, de querer explicitar, de querer recolher a crítica construtiva, de querer, em suma, buscar contributos, também nesta sede, para alcançar as melhores soluções para os desafios que se colocam aos Açores nos próximos quatro anos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Se a lei impõe a votação pelo Parlamento, o Executivo aqui esteve, não sentindo-se obrigado pela lei, mas, num inequívoco sinal de humildade política e de querer o melhor para os Açores, profundamente empenhado em debater, explicitar e ouvir.

É, pois, com tristeza que se constata que, conscientemente, nem todos atribuíram a este momento a importância que ele inegavelmente tem de confirmação, em sede parlamentar, da vontade que os Açorianos manifestaram nas urnas nas eleições do passado dia 17 de Outubro.

À disponibilidade para dialogar, desde sempre manifestada pelo Governo, o maior partido da Oposição, antes ainda do debate, centro das explicitações que o Governo tinha de dar e queria dar, antes sequer da discussão e dos esclarecimentos que dela pudessem surgir, anunciou que votaria contra.

Isto é, o maior partido da Oposição, com a arrogância dos derrotados de mau perder e que se recusam a aceitar o veredicto do voto popular, quis dizer que o Governo poderia explicitar o que quisesse, que o debate parlamentar poderia esclarecer o que esclarecesse, que o voto seria contra. O principal partido da Oposição não queria debater, o principal partido da Oposição considerou que não era necessário ser esclarecido, o maior partido



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

da Oposição decidiu votar contra de qualquer modo, contra por qualquer pretexto, contra em qualquer circunstância.

Sem um vislumbre de contributo válido, sem um assomo de propostas alternativas, contra, sempre contra!

É, pois, legítimo afirmar-se que esse partido não debateu porque quis.

Debateu por que foi obrigado por lei!

Esse partido não queria ser esclarecido.

Foi esclarecido porque o Governo o quis esclarecer!

Neste momento, não é de menor monta realçar que essa tentativa, desastrada e imatura por sinal, de menorização do papel deste Parlamento, não passou porque, desde logo, o Governo e o Grupo Parlamentar do PS não o permitiram.

Curiosa situação, a do maior partido da Oposição, que tanto fala em valorizar o papel desta Assembleia, que é tão lesto em acusar o Governo de querer diminuir o papel desta Câmara, e é logo ele que, num dos momentos mais importantes da Legislatura, é o primeiro a atirar a toalha ao chão e a querer fugir ao debate.

E não se diga, como alguns, certamente, serão pressurosos em dizê-lo, que, afinal, os Deputados desse partido colocaram questões ao Governo, solicitaram esclarecimentos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Apesar do Governo a todos ter respondido, a todos ter tentado esclarecer, a dúvida manter-se-á sempre:

Se a decisão de votar contra estava tomada, que sinceridade havia nos pedidos de esclarecimento?!

Por outro lado, se os pedidos de esclarecimento eram sinceros, que verdade tinha a decisão de votar contra?!

Mas não só neste aspecto releva a postura dos partidos da Oposição parlamentar.

É sabido, e já atrás foi dito, que a aprovação do Programa do Governo é condição *sine qua non* para que o IX Governo Regional assuma as suas funções em plenitude. O mesmo é dizer que, sem a aprovação deste Programa, a vontade dos Açorianos não seria respeitada, essa vontade não teria consequências práticas ao nível da definição de objectivos e entrada em funções do Executivo.

Com o conhecimento que agora temos do sentido de voto dos partidos da Oposição, o que ressalta claro é que é o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que garante o cumprimento da vontade democraticamente expressa pela maioria do nosso povo. É o PS que se assume, mais uma vez, no nú e crú confronto da situação, criada por esses partidos, - realce-se! -, de ser a favor e, portanto, viabilizar, ou ser contra e, portanto, inviabilizar o novo



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Governo, é o PS, dizia, que se assume mais uma vez como um referencial do cumprimento e respeito pela vontade do povo, ou seja, como o garante do funcionamento em toda a sua extensão e em todos os seus efeitos da Democracia.

Contraporão alguns que representam 36% de Açorianos que não concordam com este Programa.

Não duvidamos, nem pomos em causa essa representatividade!
Mas, curiosa e peculiar noção de democracia segundo a qual a vontade da minoria exclui até dar o benefício da dúvida à vontade da maioria.

O Governo, se dúvidas ainda houvesse, reafirma o seu respeito pela minoria!

Não será, porém, de todo despropositado aconselhar um sempre saudável e democrático respeito, -não concordância, apenas respeito! -, pela vontade da maioria!

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente,

Senhora e Senhores Membros do Governo,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

A aprovação do Programa do IX Governo marca, para este, não um ponto de chegada, mas um ponto de partida.

Se temos consciência e orgulho na obra feita nos últimos 8 anos, temos, em igual medida e nitidez, a noção do quanto falta ainda fazer.

É, por isso, que aqui estamos com redobrado vigor, com renovada energia, reassumindo a linha da frente neste formidável combate pelos Açores.

Se alguns, por mero acaso e secreta esperança, contavam com o Governo exaurido nas suas forças, acomodado nos seus sucessos, conformado com as soluções e com os procedimentos que implementámos no passado e cujo êxito é constatável numa multiplicidade de indicadores económicos e sociais, chegam hoje, no termo deste debate, à conclusão ineludível de que assim não é.

Os sucessos que alcançámos não nos acomodam, exortam-nos a fazer mais e melhor. As falhas e os erros, inevitáveis em quem se lança nas tarefas de decidir e realizar, não nos esmorecem.

Incentivam-nos a tentar de novo, a buscar outras soluções com persistência, com inovação, com engenho e sempre com a vontade de querer servir!

Das Finanças Públicas aos Assuntos Sociais, da Agricultura ao Turismo, do Ambiente às Pescas, do Artesanato às Novas



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

Tecnologias, o Programa do IX Governo é realista e objectivo nos diagnósticos, arrojado e ambicioso nas soluções.

Este é, pois, um tempo novo que convoca o melhor do nosso saber e do nosso esforço para a tarefa de materializar, não só aquilo que prometemos, mas de tentar mesmo cumprir aquilo que, não tendo a certeza de cumprir, não pudemos prometer.

O Governo mantém a sua abertura ao diálogo e à concertação, mas não esquece o mandato que recebeu dos Açorianos e a tarefa que estes nos encarregaram de realizar.

Já conseguimos provar que é possível conciliar o rigor nas Contas Públicas com uma política posta ao serviço do Progresso, do Desenvolvimento e do Bem-Estar. Interessa-nos agora prosseguir neste caminho para recuperar a distância que ainda nos separa da Europa.

Se áreas há, como, por exemplo, no Ambiente ou na utilização das energias renováveis, em que já ultrapassamos os objectivos definidos pela União Europeia, outras ainda existem em que a nossa atenção, acompanhamento e incentivo são requeridos para obter melhores resultados.

Não descurando áreas essenciais para o nosso progresso, como as infraestruturas públicas, a Educação, a Saúde ou o Emprego,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Presidência do Governo
Secretário Regional da Presidência

delineamos novos projectos e novos objectivos de afirmação dos Açores no País e na Europa.

Os próximos tempos, quer no plano interno, quer no plano externo, não são isentos de desafios que é imprescindível vencer.

Reclamamos, por isso, o objectivo de continuar a mudar os Açores para melhor, porque acreditamos que tal é possível, porque os Açorianos nos incumbiram dessa tarefa, porque sabemos agir sob uma liderança com capacidade e competência para a realizar com sucesso.

De todos estes propósitos, de toda esta postura e ambição o Programa de IX Governo Regional dá provas cabais e plenas.

Mas a tudo isto acresce algo que, convictamente, sentimos e queremos: que cada vez mais as palavras da poetisa se realizem e tenham razão de ser; que cada vez mais, quer os Açorianos, quer os que nos visitam, possam dizer com verdade:

“Há um orgulho imenso na palavra Açores...”!

Disse!

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2004

O Secretário Regional da Presidência
Vasco Alves Cordeiro